

Greves no Brasil, de 1978 a 2018: grandes ciclos, configurações diversas

Carlindo Rodrigues de Oliveira¹

Resumo

Este artigo tem o objetivo de identificar os grandes ciclos de greves no Brasil nas últimas quatro décadas (1978-2018), seus determinantes (fatores socioeconômicos e políticos), bem como de analisar a configuração do movimento grevista em cada ciclo, em alguns de seus aspectos quantitativos (frequência de greves) e qualitativos (setores e categorias predominantes, caráter ofensivo/propositivo ou defensivo das greves, distribuição regional etc).

Trata-se de um exercício a partir de uma periodização inédita do movimento grevista contemporâneo brasileiro. O conceito de ciclo grevista que informa esta análise é aqui definido em relação ao número mediano de greves por ano, ou seja, o número de greves que divide ao meio o conjunto de greves anuais dispostas em ordem crescente de frequência. Se a mediana é igual a 555 greves, como de fato, significa que, em 50% dos anos analisados, entre 1978 e 2018, o número de greves foi menor do que 555. Um ciclo de greves se define aqui, portanto, como a linha de frequência de greves que se situa acima ou abaixo da linha mediana de frequência.

A partir desse critério, foi possível identificar quatro ciclos de greves: um primeiro ciclo, que marca a retomada do movimento grevista, de 1978 a 1984 (abaixo da mediana), ainda durante a ditadura civil-militar (1964-1985); um segundo ciclo, de 1985 até 1997 (acima da mediana); um terceiro ciclo, de 1998 a 2010 (abaixo da mediana); e um quarto ciclo, ainda inconcluso, que vai de 2011 a 2018 (acima da mediana).

A análise buscará identificar os principais determinantes da dinâmica de cada ciclo.

Palavras-chave: greves no Brasil, ciclos de greves, sindicalismo brasileiro

¹ Economista e mestre em Ciência Política (UFMG), doutorando em Ciências Sociais (UNICAMP) e professor da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho.

Introdução

Fruto de uma pesquisa realizada em parceria entre o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e o Laboratório de Documentação e Pesquisas em Instituições Políticas (DataPol), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), financiada pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), foram consolidados e disponibilizados, em 2019, todos os dados sobre greves realizadas no Brasil, desde a retomada do movimento grevista, em 1978, até 2018. Esse precioso acervo, com mais de 40.000 registros de greves, encontra-se armazenado no Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG) do DIEESE, à disposição do movimento sindical, da comunidade acadêmica e da sociedade em geral. Como parte da pesquisa, foram colhidos, também, 60 depoimentos de lideranças de greves em diversos momentos, desde 1968, que estão sendo publicados gradativamente². Até o momento, foram publicados dois livros, com um total de 24 depoimentos, começando com os de Ênio Seabra, líder da greve dos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, e de José Ibrahin, líder da greve dos metalúrgicos da Cobrasma, em Osasco (SP), ambas ocorridas em 1968.

Este artigo tem o objetivo de identificar os grandes ciclos de greves no Brasil nas últimas quatro décadas (1978-2018), seus determinantes (contextos socioeconômicos e políticos), bem como de analisar a configuração do movimento grevista em cada ciclo, em alguns de seus aspectos quantitativos (frequência de greves) e qualitativos (setores e categorias predominantes, caráter propositivo/ofensivo ou defensivo das greves³, distribuição regional etc)⁴. Esse esforço não é inédito, vez que outros pesquisadores já o empreenderam no passado, para períodos menores. Para citar alguns exemplos, destacam-se os artigos de Eduardo G. Noronha (NORONHA, 2009): “Ciclo de Greves, Transição Política e Estabilização: Brasil, 1978-2007”; de Armando Boito Jr. & Paula Marcelino (BOITO JR. & MARCELINO, 2010): “O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000”; dos mesmos autores

² Os depoimentos compõem a Coleção “Por que cruzamos os braços: Greves no Brasil (de 1968 aos dias atuais) – depoimentos de lideranças”. (OLIVEIRA *et al.*, 2016a e 2016b).

³ Boito Jr. & Marcelino (2010) criticam o termo “propositivo”, utilizado pelo DIEESE para identificar o caráter das greves por novos direitos ou por ampliação dos já existentes – que eles classificam como greves “ofensivas” -, para evitar, segundo eles, a associação de “propositiva” com a estratégia sindical adotada pelos metalúrgicos do ABC paulista, que, “boa parte das vezes, incluem negociações que estão longe da luta por melhores condições de trabalho, novos direitos e melhorias salariais” (BOITO Jr. & MARCELINO, 2010: 330 – nota de rodapé nº 8).

⁴ Por restrição de espaço, esta análise está circunscrita a algumas dimensões das greves. O banco de dados do SAG-DIEESE, entretanto, permite outras análises complementares, a partir do registro de número de grevistas, total de jornadas não trabalhadas, duração das greves, principais reivindicações, processo de solução do conflito e resultados.

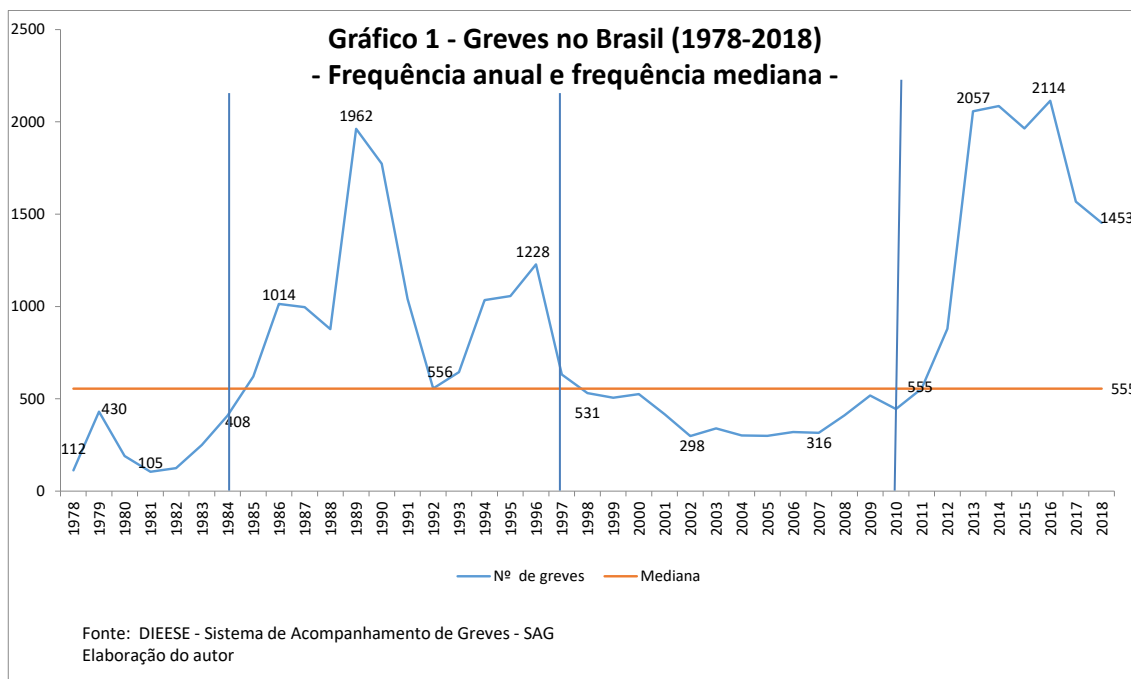
(BOITO JR. & MARCELINO, 2012): “Crise e Recuperação do Sindicalismo Brasileiro”; e de Rodrigo Linhares (LINHARES, 2015): “As greves de 2011 a 2013”. Mas este trabalho é a primeira tentativa de avaliação do movimento grevista brasileiro contemporâneo por quatro décadas (41 anos), até os dias atuais.

O conceito de ciclo grevista que informa esta análise é aqui definido em relação ao número mediano de greves por ano, ou seja, o número de greves que divide ao meio o conjunto de greves anuais dispostas em ordem crescente de frequência⁵. Se a mediana é igual a 555 greves, como de fato, significa que, em 50% dos anos analisados, entre 1978 e 2018, o número de greves foi menor do que 555. Um ciclo de greves se define, portanto, como a linha de frequência de greves que se situa acima ou abaixo da linha mediana de frequência.

A partir desse critério, é possível identificar quatro ciclos de greves: um primeiro ciclo, que marca a retomada do movimento grevista, de 1978 a 1984 (abaixo da mediana), ainda durante a ditadura civil-militar (1964-1985); um segundo ciclo, de 1985 até 1997 (acima da mediana); um terceiro ciclo, de 1998 a 2010 (abaixo da mediana); e um quarto ciclo, ainda inconcluso, que vai de 2011 a 2018 (acima da mediana). Uma visão geral dos quatro ciclos encontra-se no Gráfico 1.

Este artigo busca analisar cada ciclo grevista, à luz de um conjunto de indicadores socioeconômicos e políticos – evolução do Produto Interno Bruto, Taxas de Inflação, Taxa de Desemprego Total -, destacando sua correlação com o número de greves em cada ciclo. Ao final, abordam-se os quatro ciclos, a partir de uma visão mais globalizante.

⁵ O uso do número mediano de greves do período (no caso 555 greves) parece mais adequado do que o uso do número médio de greves (no caso 804 greves), por ser a média muito influenciada pelos valores extremos da série.



1. Primeiro ciclo de greves (1978-1984): a retomada do movimento

Sexta-feira, 12 de maio de 1978, sete horas da manhã. Os três mil metalúrgicos da montadora de caminhões Scania, em São Bernardo do Campo (SP), batem seus cartões de ponto, mas não ligam as máquinas. É a primeira greve no Brasil em 10 anos, contados das famosas greves de metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem (MG), em abril de 1968, e de Osasco (SP), em julho do mesmo ano, que desafiaram a ditadura civil-militar instaurada no Brasil em 1º de abril de 1964.

O movimento na Scania logo se dissemina, ainda em 1978, por outras fábricas da região do chamado ABC paulista, em “efeito dominó”, e posteriormente a outras empresas, basicamente – mas não exclusivamente - no estado de São Paulo. É o próprio Lula - então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema - que relembra aquele contexto, em depoimento de 2011:

Luiz Inácio Lula da Silva:

Depois da greve da Scania, o ano foi maluco, porque aconteceu greve o ano inteiro. Era um inferno... (*risos*). Nunca mais eu faria greve por fábrica, porque o trabalho que dá... (*risos*). Você estava fazendo um acordo aqui, acontecia uma greve ali. Você estava fazendo um acordo ali, acontecia outra greve acolá. Às vezes, não tinha diretor para ir a todas as fábricas que queriam negociar ao mesmo tempo. Eu acho que foi o momento mais rico que eu vivi no movimento sindical, de efervescência da categoria. Depois teve 1979, 1980... Mas, do ponto de vista de mobilização dos trabalhadores, as pessoas faziam greve, às vezes, sem saber por que estavam fazendo greve. O pessoal queria fazer greve. Era como se fosse uma coisa assim: “Eu tenho que fazer, todo mundo está fazendo, eu vou fazer também”. Então, foi uma coisa muito bonita.

Foi um ano em que se construíram muitas lideranças. E foi um momento de consagração do sindicato, da sua relação com a base. O sindicato nunca foi tanto na porta de fábrica, nunca conversou tanto com as pessoas como a gente conversava em 1978. (LULA DA SILVA, 2016:169).

O movimento grevista inaugurado com a greve na Scania logo se expande, especialmente a partir de 1979, para outros setores e estados da Federação, envolvendo trabalhadores urbanos e rurais, do setor privado e do setor público e das empresas estatais.

Essa retomada do movimento grevista brasileiro se deu, portanto, ainda sob a égide da ditadura civil-militar, que vigoraria até março de 1985. Iniciando-se no último ano do governo do general Ernesto Geisel (15/03/1974 a 15/03/1979), as greves seguiram por todo o mandato do general João Batista Figueiredo (15/03/1979 a 15/03/1985), combatidas quase sempre com violência e, não raro, prisões de lideranças e ativistas.

A retomada das greves, num primeiro momento, foi motivada pela campanha nacional de reposição das perdas salariais decorrentes da manipulação dos índices oficiais de inflação, ocorrida em 1973. Essa manipulação foi tornada pública com a divulgação, pelo jornal Folha de S. Paulo, em 31 de julho de 1977, de relatório do Banco Mundial sobre a economia brasileira, no qual se utilizava, para o ano de 1973, taxa de inflação bem superior à oficial⁶. Isso acendeu o pavio da mobilização dos trabalhadores a partir do segundo semestre de 1977, culminando nas greves de 1978.

Essa insatisfação salarial encontrou campo fértil numa sociedade em processo de ebulição política, na qual se destacavam, além do nascente sindicalismo combativo – dos chamados sindicalistas “autênticos” -, as oposições sindicais às direções “pelegas”, os movimentos de moradores das periferias das grandes cidades contra a carestia e por creches e um forte movimento pró-Anistia dos presos políticos, exilados e banidos, todos eles tensionando os limites da autodenominada “distensão política lenta, gradual e segura”, proposta pelos militares a partir do governo Geisel (1974-1979).

A junção entre a atuação dos sindicalistas “autênticos”, das oposições sindicais, dos movimentos de base da Igreja Católica – identificados com a “Teologia da Libertação” – e dos partidos clandestinos e grupos de esquerda que faziam

⁶ A taxa utilizada pelo Banco Mundial (22,5%) reforçava a taxa calculada pelo DIEESE (26,6%), bem superiores à inflação oficial (13,7%) daquele ano. (OLIVEIRA, 1985).

autocrítica da luta armada conformou o que Éder Sader chamou de “novos personagens” na cena política brasileira, no seu clássico livro sobre o período (SADER, 1988).

Esse lento trabalho de organização em várias frentes contou, também, com uma dose significativa de espontaneidade das greves. Estas se tornaram, a um só tempo, expressão de descontentamento com as condições de trabalho e remuneração e manifestação difusa de um sentimento reprimido de participação política e exercício da cidadania por parte dos trabalhadores, colocando em xeque qualquer suposta dicotomia entre greve econômica e greve política.

Em depoimento de 2011, Luiz Soares Dulci, ex-presidente da União dos Trabalhadores no Ensino de Minas Gerais (atual Sind-UTE/MG) e líder da greve da categoria em 1979, revela o caráter ao mesmo tempo espontâneo e político daquele movimento, que se estendeu por todo o estado, realizado antes da criação da própria entidade de representação:

Luiz Soares Dulci :

Decidida a greve [de 1979], precisávamos de um local onde funcionasse o comando do movimento. Primeiro, a UMES, União Municipal dos Estudantes Secundaristas [de Minas Gerais], nos emprestou uma salinha, mas era muito pequena. Aí, o Sindicato dos Jornalistas nos ofereceu a garagem do sindicato, e foi ali que funcionou o Comando de Greve. Foi uma greve sem entidade, sem burocracia, quase sem dinheiro, o que acabou tendo consequências muito positivas para o próprio sindicato.

Entrevistador(a) – Mas tinha a UTE.

Luiz Dulci - Não, não! A UTE foi criada depois da greve, como resultado do próprio movimento.

Entrevistador(a) – Então, era muito espontâneo.

Luiz Dulci - Foi muito espontâneo. Na garagem do Sindicato dos Jornalistas, no Comando de Greve, era tudo improvisado. O marido de uma professora emprestava uma linha telefônica, a gente levava de casa uma cadeira, tudo assim. Quando íamos para o interior pagávamos do próprio bolso, ou fazíamos coleta de dinheiro na própria assembleia. Passávamos umas caixas de papelão, ou umas sacolas de supermercado, como se fosse numa missa. Uma vez eu atendi um telefonema do Vale do Jequitinhonha e uma moça foi logo dizendo: “Nós já entramos em greve! Quais são as reivindicações?” (*risos*).

Em pelo menos umas 400, 500 cidades de Minas, aquela era a primeira experiência que a comunidade estava tendo de uma greve. E greve, naquela época, para a maioria da população, era uma coisa subversiva. E era um negócio estranho, surpreendente, porque não eram os barbudos de São Bernardo, e sim as mães e filhas da cidade, da dona Gertrudes da padaria, do “Seu” Geraldo da farmácia... as

passatas eram ali mesmo, as manifestações aconteciam na praça da esquina. (DULCI, 2016: 316-317).

1.1 – Indicadores Seleccionados do Primeiro Ciclo de Greves: 1978-1984

Alguns dos principais indicadores socioeconômicos do período 1978-1984, com potencial impacto no número de greves, estão registrados na Tabela 1, abaixo:

Tabela 1 – Primeiro Ciclo de Greves - Período 1978-1984

- indicadores seleccionados -

ANO	VARIAÇÃO DO PIB (%)	INFLAÇÃO (INPC-IBGE) (%)	TAXA DE DESEMPREGO NA RMSP (%)	NÚMERO DE GREVES
1978	4,97	n.d.	n.d.	112
1979	6,76	n.d.	n.d.	430
1980	9,20	99,70	n.d.	190
1981	-4,25	93,51	n.d.	105
1982	0,83	100,31	n.d.	125
1983	-2,93	177,97	n.d.	250
1984	5,40	209,12	n.d.	408

Fontes:

Ipeadata – Produto Interno Bruto – variação real anual – atualizado em 14/01/2019

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

DIEESE/Seade – Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)

DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves.

Elaboração do autor

Do ponto de vista da atividade econômica, o período apresentou uma evolução irregular, oscilando entre momentos de forte crescimento (1978-1980), em tese mais favoráveis à ação sindical, e momentos de recessão (1981-1983), em que o ímpeto grevista tende a se retrair.

Em termos de inflação, responsável por perdas salariais que justificaram boa parte das greves, observa-se nesse intervalo um comportamento crescente da evolução do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC-IBGE), que começou a ser calculado

apenas em abril de 1979. As taxas anuais aumentaram continuamente, até atingirem 209,12%, em 1984, mais do que o dobro das taxas do período 1980-1982.

As taxas mensais de desemprego na Região Metropolitana de São Paulo – utilizadas aqui como *proxí* do desemprego no país - passaram a ser medidas pela parceria entre o DIEESE e a Fundação Estadual de Análise de Dados (Seade), do governo do estado de São Paulo, apenas em dezembro de 1984, não estando disponíveis informações para esse primeiro ciclo de greves⁷.

Do ponto de vista do quantitativo de greves, a evolução precisa ser adequadamente contextualizada.

As 112 greves de 1978 foram as primeiras do período de ressurgimento do movimento grevista. Tiveram como epicentro as empresas metalúrgicas do ABC paulista, espalhando-se depois para outras áreas do Estado e, mais esparsamente, para outros estados do país.

As 430 greves de 1979⁸ já refletem uma grande dispersão territorial das paralisações, que incorporaram trabalhadores de diversas categorias, em quase todos os estados brasileiros. Outra diferença em relação a 1978 é que aumenta o número de greves por categorias, o que torna o número de 1979 ainda mais expressivo (DIEESE, 1980).

Essas greves de 1978 e 1979 puseram por terra dois dos principais pilares da política trabalhista da ditadura: a Lei 4.330/64 (mais conhecida como “Lei Antigreve”)⁹ e a Lei 4.725/65, da Política Salarial oficial, ou “Lei do Arrocho Salarial”. A “Lei Antigreve” foi superada na prática, na medida em que a quase totalidade das greves não seguiu os procedimentos exigidos na legislação, podendo ser consideradas, a rigor, ilegais. E a “Lei do Arrocho” foi atropelada pelas conquistas salariais obtidas pelos grevistas em

⁷ Optou-se, neste trabalho, por utilizar a taxa de desemprego calculada pelo DIEESE/Seade para a Região Metropolitana de São Paulo, por dois motivos principais: 1) é a pesquisa domiciliar mais longa sobre desemprego realizada ininterruptamente no Brasil (a Pesquisa Mensal de Emprego, do IBGE, iniciada em 1980, teve sua série interrompida em 2012, devido a grandes mudanças metodológicas, que não permitem o encadeamento dos dados); 2) a metodologia especialmente desenvolvida pela parceria DIEESE/Seade é muito mais potente para refletir as condições de ocupação e o desemprego, em países com mercado de trabalho heterogêneo e pouco estruturado, como o Brasil. A informação utilizada refere-se à Taxa de Desemprego Total, que engloba o Desemprego Aberto e o Desemprego Oculto (pelo trabalho precário ou “bico” e pelo desalento).

⁸ Ao longo de todo este trabalho, os números de greves em 1979 e 1980 tiveram como fontes as publicações DIEESE – Balanço Anual de Greves (DIEESE, 1979 e DIEESE, 1980).

⁹ A “Lei Antigreve” foi aprovada já no período da ditadura, em maio de 1964. Porém, o projeto de lei que a originou é bem anterior ao golpe civil-militar, tendo iniciado sua tramitação em 1949.

negociações diretas com o patronato, até então proibidas, com reajustes bem superiores aos previstos na legislação.

O “carro-chefe” das greves dos primeiros anos foram as reivindicações salariais, por reposição de perdas ou obtenção de ganhos reais, ainda que estivessem presentes, muitas vezes, reivindicações sobre condições de trabalho e jornada. De todo modo, prevaleciam greves de caráter propositivo/ofensivo, ou seja, pela conquista de novos direitos ou ampliação dos existentes.

Para tentar retomar a iniciativa e conter a onda de greves, o governo (Figueiredo) tratou de aprovar no Congresso Nacional a Lei 6.708, com vigência a partir de 1º de novembro de 1979. Com essa lei, o reajuste salarial passava a ser automático e semestral, baseado na evolução do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), recém-criado, com ganho real para salários até 11,5 SM e – a grande novidade - possibilidade de negociação de aumentos acima do INPC com base na produtividade, definida propositalmente de forma imprecisa, para que fosse negociada e não calculada e, assim, funcionasse como válvula de escape para a pressão de categorias mais mobilizadas (OLIVEIRA, 1985)¹⁰.

O resultado foi imediato: em 1980, primeiro ano “cheio” de vigência da Lei 6.708/79, o número de greves caiu para 190, com outra queda em 1981, para 105 greves, ano em que se inicia uma forte retração da atividade econômica, como resultado da crise da dívida externa, que se estenderia até 1983. Ainda sob a vigência da Lei 6.708 - e nesse cenário recessivo -, o número de greves se mantém relativamente baixo em 1982: 125 paralisações.

O ano de 1983 marca uma mudança significativa. Mal terminadas as eleições de governadores e parlamentares de novembro de 1982, o governo anuncia um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), para reestruturação da dívida externa, tendo como uma das contrapartidas uma mudança radical na política salarial. Essa mudança começou a ser implementada já em janeiro de 1983, através de sucessivos decretos-leis, que culminaram com o DL-2045, de julho daquele ano, extinguindo tanto os reajustes automáticos integrais, então limitados a 80% do INPC, como a possibilidade de negociação direta de aumentos reais a título de produtividade.

¹⁰ Esta abordagem contraria a quase totalidade das análises difundidas à época, que diziam que a indefinição do conceito de produtividade era um defeito da Lei 6.708/79 e não o seu “pulo do gato”.

Foi o estopim para a convocação, pelo movimento sindical, da primeira Greve Geral do período aqui analisado, contra o DL-2045/83¹¹, ocorrida em 21 de julho de 1983. Nesse clima conflagrado, o ano de 1983 registrou 250 greves, o dobro do ano anterior, em que pese a continuidade da recessão pelo terceiro ano consecutivo. A reação do movimento sindical forçou o governo a recuar e expedir novo decreto-lei (DL-2065), relaxando parcialmente o arrocho salarial, decreto-lei este que foi finalmente aprovado no Congresso Nacional, sob protestos dos sindicatos.

Dois aspectos interessantes foram a preponderância de greves na esfera privada e por empresas, à exceção dos anos de 1979 e 1980, quando metade dos movimentos foram deflagrados por categorias. E também a nítida maioria das greves ocorridas na Região Sudeste do país (DIEESE, 1980 e DIEESE, 1981).

O primeiro ciclo de greves se encerra em 1984, com um número crescente de 408 paralisações, num contexto de retomada da atividade econômica.

2. Segundo ciclo de greves (1985-1997): número de paralisações acima da mediana

Quinze de abril de 1985: fim da ditadura civil-militar, após 21 longos anos de arbítrio. Numa eleição indireta, após a derrota da Proposta de Emenda à Constituição para a volta das eleições diretas para presidente (1984), deputados federais e senadores elegem a chapa Tancredo Neves (ex-governador de Minas Gerais) e José Sarney (ex-governador do Maranhão e ex-líder do governo Figueiredo no Senado) como presidente e vice, respectivamente. Uma grave doença, no entanto, vitima o presidente eleito às vésperas de sua posse, levando-o à morte em 21 de abril daquele ano, sem que pudesse assumir o cargo. O vice-presidente assume e governa o país até 15 de março de 1990, inaugurando o que se convencionou chamar “Nova República”.

O segundo ciclo de greves percorre, inicialmente, todo o governo Sarney, de 15 de março de 1985 a 15 de março de 1990, quando toma posse Fernando Collor de Mello, eleito em novembro de 1989, numa disputa acirrada, no segundo turno, com Luiz Inácio Lula da Silva.

¹¹ Quando se fala em Greve Geral, é importante lembrar que, no Brasil, dada sua imensidão territorial e fortes desigualdades regionais, econômicas, políticas e sociais, uma greve que paralise totalmente o conjunto da economia é algo muito difícil de ser alcançado. Consideram-se, aqui, Greves Gerais aquelas convocadas em nível nacional, com adesão significativa de trabalhadores nos principais centros do país.

Com o afastamento de Collor em processo de *impeachment*, em setembro de 1992, assume o vice Itamar Franco, ex-governador de Minas Gerais, para um mandato-tampão, até as eleições do final de 1994. Vencedor das eleições naquele ano, Fernando Henrique Cardoso assume, em março de 1995, para exercer dois mandatos de quatro anos, até 31 de dezembro de 2002.

O segundo ciclo de greves (acima da mediana de 555 greves de todo o período 1978-2018) ocorreu, portanto, em contextos políticos e econômicos bastante complexos e diversos. Iniciou-se com a posse de José Sarney, em 1985, e se estendeu até o terceiro ano do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, em 1997, com intensa atividade grevista em vários anos.

Do ponto de vista político, há que se destacar o fim da ditadura civil-militar de 1964, mesmo que num processo de transição “pelo alto”, com a eleição indireta de José Sarney. No início, ainda que com poucas alterações na legislação trabalhista até 1988, houve um certo relaxamento dos entraves à ação sindical, que impactariam o número de greves nos primeiros anos desse ciclo. Exemplo disso foi a não utilização da prerrogativa do governo de intervir nos sindicatos e destituir suas lideranças, ainda possível com os dispositivos então vigentes na Consolidação das Leis do Trabalho.

A alteração política mais importante, contudo, ocorreria no ano de 1988, com a promulgação da Constituição Federal de 5 de outubro. Além de ampliar e instituir extenso rol de direitos trabalhistas no seu Artigo 7º, alçando-os à categoria de direitos fundamentais, o Artigo 8º estabelecia a autonomia sindical perante o Estado. Mais especificamente com relação ao direito de greve, a CF-88 assegurou-o de forma ampla no seu Artigo 9º:

Art. 9º - É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

§ 1º - a lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

§ 2º - os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei. (BRASIL, 1988).

O Art. 37, relativo à Administração Pública, assegurou, pela primeira vez, o direito de greve aos servidores públicos:

Art. 37. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

(...)

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar (BRASIL, 1988).

Essa regulação ampla do direito de greve, porém, duraria não mais que seis meses, como se verá adiante.

Esse segundo ciclo de greves teve, ainda, como pano de fundo político, a realização de eleições diretas para presidente da República, em novembro de 1989. E também o processo de *impeachment* de Collor - levado a cabo desde o final de 1991, por acusações de corrupção -, que mobilizou o país e teve como desfecho o afastamento do presidente, em setembro de 1992.

Digno de nota, em termos de acontecimento mundial, com repercussões políticas e ideológicas também no Brasil, foi a crise do chamado “socialismo real” - com a queda do muro de Berlim (1989) e a dissolução da União Soviética (1991) - e a restauração do capitalismo na Rússia e nas demais ex-repúblicas socialistas. A *débâcle* da antiga URSS abalou de modo geral a esquerda mundial e brasileira, nela incluída boa parte do movimento sindical, mesmo entre aqueles que viam a experiência soviética com muitas reservas. Seu fim abalou um sentimento ainda sobrevivente na esquerda, de que um novo mundo seria possível, trazendo desilusão e perda de entusiasmo entre muitos militantes, o que seguramente influenciou a ação sindical e grevista. Era o auge da hegemonia do neoliberalismo e do pensamento (quase) único.

Esse processo político intenso, que acompanhou o segundo ciclo de greves aqui analisado, teve desfecho com a eleição de Fernando Henrique Cardoso para presidente, em novembro de 1994, e se concretizou em grande parte de seu primeiro mandato, até 1997.

Do ponto de vista econômico, o ciclo se caracterizou por uma agudização do processo inflacionário e por diversas tentativas de sua debelação, através de seguidos – e fracassados - planos de estabilização monetária: Plano Cruzado I (fev/1986); Plano Cruzado II (dez/86); Plano Bresser (jun/87); Plano Verão (jan/89); Plano Collor I (mar/90) e Plano Collor II (jan/1991).

Somente em julho de 1994, no governo Itamar Franco, o Plano Real de estabilização monetária foi capaz de promover uma redução significativa e duradoura da inflação, embora à custa de graves distorções econômicas, que se manifestariam nos anos

seguintes¹². No período imediato pré-plano, o INPC superou a marca de 2.500% em 12 meses, num cenário praticamente hiperinflacionário¹³, reduzindo-se a menos de 5% ao ano, no final do ciclo, em 1997.

Outra característica marcante da década de 90 foi o intenso processo de reestruturação produtiva a que se lançaram as empresas em busca de maior competitividade, diante da abertura comercial indiscriminada levada a cabo desde o governo Collor. O resultando foram novas formas de organização do trabalho e da produção, com a conseqüente redução do número de trabalhadores nas grandes empresas (adoção de programas de qualidade total, reengenharia, terceirização) e a privatização de grandes empresas estatais (Vale do Rio Doce, empresas de telefonia e energia elétrica, bancos estaduais e siderúrgicas). Todas essas mudanças afetariam a organização sindical e a propensão a greves por parte de trabalhadores e suas lideranças.

2.1 – Indicadores Seleccionados do Segundo Ciclo de Greves: 1985-1997

Os mesmos indicadores seleccionados para a Tabela 1, relativos ao primeiro ciclo de greves, o foram para a Tabela 2, a seguir.

Tabela 2 – Segundo Ciclo de Greves - Período 1985 -1997

- indicadores seleccionados -

ANO	VARIAÇÃO DO PIB (%)	INFLAÇÃO (INPC-IBGE) (%)	TAXA DE DESEMPREGO NA RMSP (%)	NÚMERO DE GREVES
1985	7,85	239,05	12,2	621

¹² A utilização do termo “estabilização monetária”, ao invés de “estabilização econômica”, destaca os limites do Plano Real, que logrou forte queda na inflação, mas à custa de uma política monetária (de juros) e cambial (de valorização excessiva do real frente ao dólar) que se manifestariam na desindustrialização do país e no forte aumento da taxa de desemprego nos anos seguintes.

¹³ A hiperinflação clássica ocorre quando a moeda do país perde suas três funções básicas: meio de troca, denominação monetária dos ativos e dos contratos e reserva de valor. No caso brasileiro do início dos anos 90, essas três funções foram abaladas, umas mais que outras, mas sobreviveram parcialmente, devido ao instituto da correção monetária, que criava uma “moeda indexada”.

1986	7,49	59,20	9,6	1.014
1987	3,53	394,60	9,2	996
1988	-0,06	993,28	9,7	877
1989	3,16	1.863,56	8,7	1.962
1990	-4,35	1.585,18	10,3	1.773
1991	1,03	475,10	11,7	1.041
1992	-0,54	1.149,06	15,2	556
1993	4,92	2.489,11	14,6	644
1994	5,85	929,32	14,2	1.035
1995	4,22	21,98	13,2	1.056
1996	2,21	9,12	15,1	1.228
1997	3,39	4,34	16,0	631

Fontes:

Ipeadata – Produto Interno Bruto – variação real anual – atualizado em 14/01/2019

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

DIEESE/Seade – Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)

DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves – SAG.

Elaboração do autor

O segundo ciclo de greves ocorreu em contextos diferenciados de atividade econômica. Mas excetuados os quase três anos do governo Collor (1990-92), pode-se verificar que foi um período de crescimento econômico de forte a moderado, a julgar pelos resultados do Produto Interno Bruto, que chegou a crescer quase 8% em alguns anos.

A taxa de desemprego no segundo ciclo de greves teve um comportamento ascendente, na maior parte do período. Partindo de 12,2% em 1985 - primeiro ano da série calculada pelo DIEESE/Fundação Seade -, a taxa situou-se abaixo de 10% nos anos seguintes, até 1989. A partir do ano de 1990, porém, superou a marca dos 10%, iniciando trajetória quase ininterrupta de alta, até ultrapassar os 15% nos dois últimos anos do ciclo.

Diante da complexidade dos fenômenos ocorridos no período, a trajetória das greves teve um comportamento irregular. Com uma forte tendência de alta nos primeiros anos, o número de greves alcança 1.962 no ano de 1989, mantendo-se acima de 1.000 paralisações até 1991. Reduz-se acentuadamente em 1992-93, em meio à

abrupta retração da atividade econômica que se seguiu ao Plano Collor e intensa crise política, que mobilizou as energias da sociedade, para voltar à casa dos milhares, de 1994 a 1996.

Nesse segundo ciclo, ocorreram, ainda, três greves nacionais, diante do fracasso do Plano Cruzado e adoção do Cruzado II, em dezembro de 1986; da adoção do Plano Bresser, em agosto de 1987; e da adoção do Plano Verão, em março de 1989, esta última a mais expressiva entre as convocadas até então. Em resposta ao ascenso do movimento grevista em 1989 contra as medidas do Plano Verão de estabilização, que confiscavam pesadamente os salários dos trabalhadores, e mal passados seis meses da promulgação da nova Constituição, sob o pretexto de regulamentar o parágrafo 1º do referido Artigo 9º da Constituição Federal, o governo Sarney expediu duas medidas provisórias (MP-50 e MP-59), em abril e maio daquele ano. A MP-59, após aprovação pelo Congresso Nacional, se transformariam na Lei 7.783, atualmente em vigor, que restringe significativamente o direito constitucional de greve.

Digno de registro foi a forte greve dos petroleiros, no ano de 1995, reivindicando o cumprimento de acordo feito com o ex-presidente Itamar Franco no ano anterior, não reconhecido pelo novo governo (FHC). Diante da força da greve, o governo promoveu a invasão da Petrobras com tropas do Exército e o Judiciário estabeleceu pesadas multas sobre os sindicatos de petroleiros, que amargaram grande dificuldade financeira nos anos seguintes. Esse episódio demonstrou os limites do arranjo institucional brasileiro e da própria democracia reconquistada poucos anos antes.

O ano de 1997 registrou uma queda acentuada no número de greves (631 greves), já como prenúncio do sequente ciclo grevista de baixa, que se estenderia de 1998 a 2010.

3. Terceiro ciclo de greves (1998-2010): número de paralisações abaixo da mediana

O ano de 1998 inaugura um longo ciclo de greves, que se estende até 2010, desta vez com frequência de paralisações abaixo da mediana de todo o período 1978-2018, que, relembando, situou-se em 555 greves.

O terceiro ciclo percorre o último ano do primeiro mandato (1998) e os quatro anos do segundo mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), bem como os oito anos dos dois mandatos do ex-presidente Lula (2003-2010).

Em outubro de 1998, Fernando Henrique Cardoso se reelege para um novo mandato, até dezembro de 2002. No imediato pós-eleições, em janeiro de 1999, o governo FHC abandona a chamada “âncora cambial” – manutenção artificial da cotação do real frente ao dólar, como instrumento de contenção da inflação -, promovendo uma forte desvalorização da moeda brasileira, na tentativa de reanimar a atividade econômica interna, praticamente estagnada no biênio 1998-1999, sob impacto das crises ocorridas na Ásia (1997) e na Rússia (1998). A maxidesvalorização do real impacta positivamente o PIB do ano 2000, que cresce 4,39%. Mas, em 2001, estoura forte crise financeira na Argentina, importante parceira comercial do Brasil, com reflexos deletérios sobre a economia brasileira.

A partir de 2003, e durante todo o governo Lula (2003-2010), há uma melhora sensível do preço das *commodities*¹⁴ brasileiras no exterior, que, aliada a importantes iniciativas no plano interno (Programa Bolsa-Família, política de valorização do Salário Mínimo e, mais tarde, em 2007, o Programa Minha Casa, Minha Vida, entre outros), garantiram um crescimento mais robusto da economia. A exceção foi o ano de 2009, em que o PIB ficou praticamente estagnado (-0,13%), como reflexo da crise financeira mundial.

3.1 – Indicadores selecionados do Terceiro Ciclo de Greves: 1998-2010

Os mesmos indicadores selecionados para as Tabelas 1 e 2, relativos ao primeiro e segundo ciclos de greves, o foram para a Tabela 3, a seguir.

¹⁴ Produtos minerais e agrícolas, especialmente.

Tabela 3 – Terceiro Ciclo de Greves - Período 1998-2010

- indicadores selecionados -

ANO	VARIAÇÃO DO PIB (%)	INFLAÇÃO (INPC-IBGE) (%)	TAXA DE DESEMPREGO NA RMSP (%)	NÚMERO DE GREVES
1998	0,34	2,49	18,2	531
1999	0,47	8,43	19,3	506
2000	4,39	5,27	17,6	525
2001	1,39	9,44	17,6	416
2002	3,05	14,74	19,0	298
2003	1,14	10,38	19,9	340
2004	5,76	6,13	18,7	302
2005	3,20	5,05	16,9	299
2006	3,96	2,81	15,8	320
2007	6,07	5,16	14,8	316
2008	5,09	6,48	13,4	411
2009	-0,13	4,11	13,8	518
2010	7,53	6,46	11,9	445

Fontes:

Ipeadata – Produto Interno Bruto – variação real anual – atualizado em 14/01/2019

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

DIEESE/Seade – Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)

DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves – SAG

Elaboração do autor

Do ponto de vista da atividade econômica, o terceiro ciclo atravessa dois momentos bem distintos: os primeiros seis anos, de 1998 a 2003, com desempenho do tipo “*stop and go*” (ou “voo de galinha”), alternando taxas pífias e taxas um pouco mais elevadas de variação positiva do PIB; e os seguintes sete anos, de 2004 a 2010, com taxas bem mais robustas de crescimento da economia, desempenho interrompido apenas em 2009, no ápice da crise financeira mundial, iniciada em setembro de 2008, com a quebra do banco americano *Leman Brothers*.

A inflação teve trajetória basicamente altista, até meados de 2003, quando atingiu quase 15% ao ano, a partir de quando apresenta queda acentuada até 2006 (2,81%), passando a se situar entre 4% e 6,5% nos quatro anos seguintes.

O desemprego, que já vinha em forte trajetória de elevação, desde 1995, aumenta explosivamente entre 1998 e 2003, quando atinge a taxa recorde de 19,9%, na Região Metropolitana de São Paulo¹⁵. A partir de 2004, inicia-se um acentuado movimento de redução da taxa de desemprego – acompanhado de um processo de formalização da força de trabalho -, que, após sucessivas quedas, termina o período em 11,9% da força de trabalho, no ano de 2010.

O número de greves cai acentuadamente, em relação ao ciclo anterior, atingindo os menores valores entre 2002 e 2007, na casa de 300 greves por ano. De 1997 a 2004, há uma queda expressiva no número de greves na esfera privada, que passam a ocorrer em frequência similar àquela da esfera pública. Entre 2002 e 2007, o número de greves na esfera pública (servidores públicos e trabalhadores em empresas estatais) é superior ao de paralisações realizadas por trabalhadores da esfera privada.

4. Quarto ciclo de greves (2011-2018): número de paralisações muito acima da mediana - recordes

O quarto e último ciclo de greves, que se entende de 2011 a 2018, coincide com os governos de Dilma Rousseff (2011 até abril de 2016), interrompidos com o golpe parlamentar - formalmente caracterizado como *impeachment* - e o governo-tampão de Michel Temer (abril de 2016 a dezembro de 2018).

O período foi marcado pelo fim do crescimento mais robusto da atividade econômica - em certa medida ainda observado entre 2011 e 2013 - e a forte recessão a partir de 2014. E, especialmente, pela aguda crise política inaugurada após a apuração das eleições presidenciais do final de 2014, vencidas em reeleição por Dilma Rousseff (PT) por escassa margem de votos em relação ao candidato Aécio Neves (PSDB).

Em relação à inflação, o quarto ciclo grevista apresentou um comportamento estável, entre 2011 e 2014, na casa dos 6%. Há um repique dos preços em 2015 (11,28%), seguido de forte desaceleração em 2016 (6,58%) e, especialmente, em 2017 (2,07%) e 2018 (3,43%).

¹⁵ Na Região Metropolitana de Salvador (BA), também pesquisada à época pela Pesquisa de Emprego e Desemprego no âmbito da parceria DIEESE/Seade/Seplan-BA, a taxa atingiu 28%, em 2003.

Entre 2011 e 2014, a taxa de desemprego apresentou alguns de seus mais baixos valores de toda a série, na casa dos 10%, para voltar a explodir a partir de 2015 (13,2%), 2016 (16,8%) e 2017 (18,0%), encerrando o período em 2018 (16,6%).

Do ponto de vista das greves, o quarto ciclo revela o maior volume de paralisações de toda a série, especialmente a partir de 2013, com recordes ocorrendo sucessivamente em 2013 (2.057 greves), em 2014 (2.085 greves) e, especialmente, em 2016 (2.114 greves). Surpreendentemente, esta explosão de greves ocorre num cenário de estagnação econômica ou forte recessão - especialmente a partir de 2014 -, bem como de altas taxas de desemprego, a partir de 2015. Há uma redução do número de greves em 2017 (1.568) e 2018 (1.453), porém ainda para patamares historicamente elevados.

4.1 – Indicadores Seleccionados do Quarto Ciclo de Greves: 2011-2018

Os mesmos indicadores seleccionados para as Tabelas 1, 2 e 3, relativos aos ciclos de greves anteriores, o foram para a Tabela 4, a seguir.

Tabela 4 – Quarto Ciclo de Greves - Período 2011-2018

- indicadores seleccionados -

ANO	VARIAÇÃO DO PIB (%)	INFLAÇÃO (INPC-IBGE) (%)	TAXA DE DESEMPREGO NA RMSP (%)	NÚMERO DE GREVES
2011	3,97	6,08	10,5	555
2012	1,92	6,20	10,9	879
2013	3,00	5,56	10,4	2.057
2014	0,50	6,23	10,8	2.085
2015	-3,55	11,28	13,2	1.964
2016	-3,31	6,58	16,8	2.114
2017	1,06	2,07	18,0	1.568
2018	1,12	3,43	16,6	1.453

Fontes:

Ipeadata – Produto Interno Bruto – variação real anual – atualizado em 14/01/2019

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Merece destaque a realização de nova Greve Geral, em 28 de abril de 2017 - seguramente a mais forte de todas -, contra as reformas trabalhista e previdenciária propostas pelo governo federal.

A explosão de greves neste quarto ciclo não poderia ser explicada sem uma análise da mudança do caráter das greves, dos setores e categorias protagonistas e da dimensão regional dos conflitos, ao longo de todo o período 1978-2018, objeto da próxima seção.

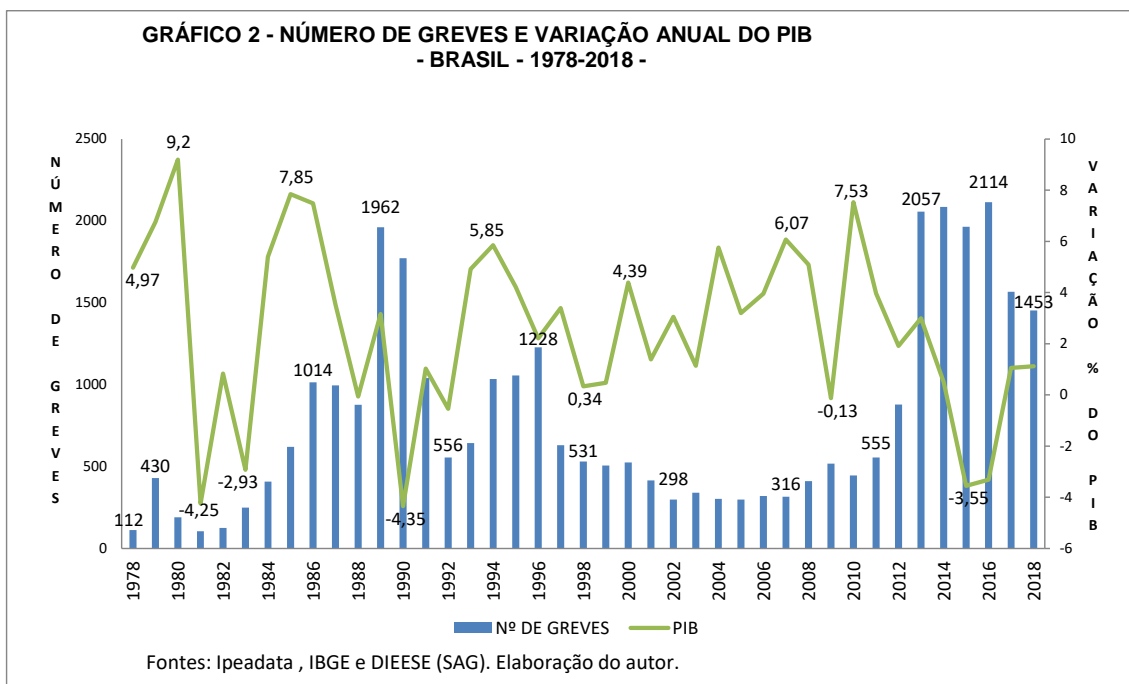
5. Panorama de todo o período 1978-2018

Esta seção analisa, de maneira global, as principais características das greves, considerando-se os diversos ciclos apresentados anteriormente.

Inicialmente, serão apresentadas tabelas relacionando os três indicadores socioeconômicos de suposta influência sobre a atividade sindical com o número de greves. Posteriormente, serão analisadas informações sobre a configuração das greves ao longo do período (esferas de ocorrência, caráter propositivo/ofensivo ou defensivo, setores econômicos, regiões etc).

5.1 – Greves e evolução do Produto Interno Bruto (PIB)

Numa abordagem intuitiva, poder-se-ia imaginar que há uma forte correlação positiva entre a evolução da atividade econômica (PIB) e a ocorrência de greves, de tal modo que tenderia a haver mais greves em períodos de aquecimento econômico e menos greves nos períodos de baixo crescimento ou, especialmente, nos períodos de recessão. O Gráfico 2, a seguir, com dois eixos verticais, apresenta o número de greves - em barras azuis e escala no eixo vertical esquerdo -, e as taxas anuais de variação do PIB - em linha verde, com escala no eixo vertical direito - para todo o período 1978-2018:

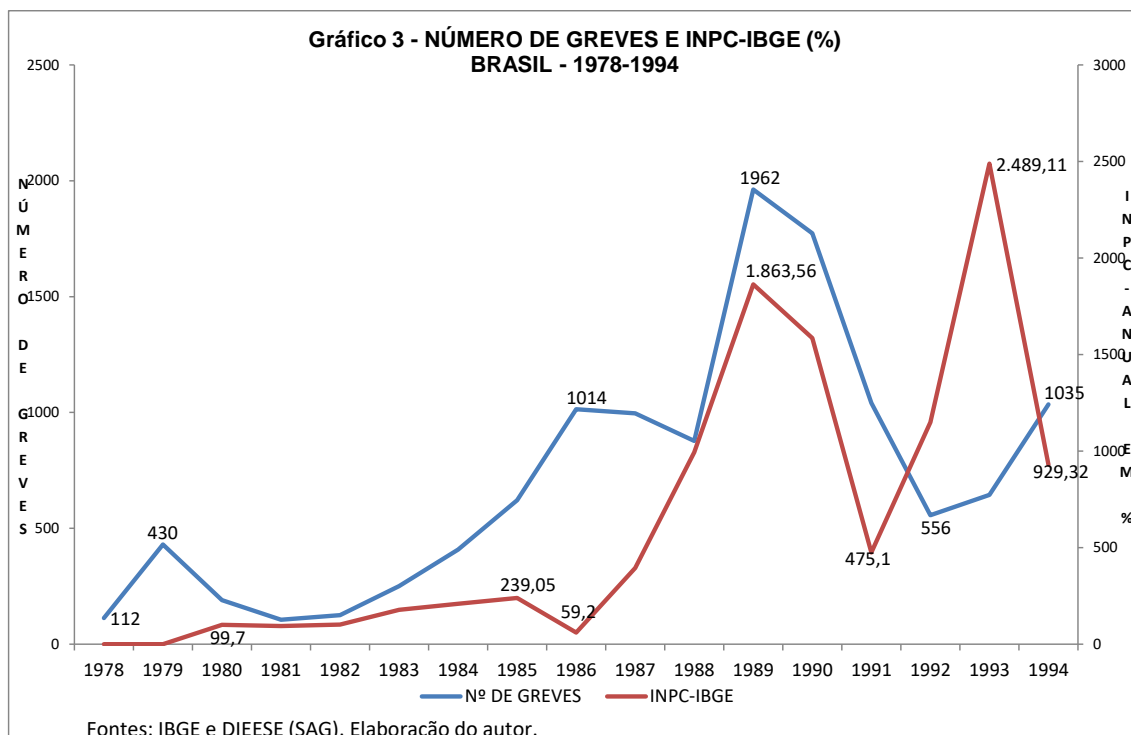


Analisando-se as duas variáveis, não é nítida a correlação entre elas, em boa parte do período. Se é possível perceber alguma correlação positiva entre o aumento do PIB e do número de greves entre os anos 1983 e 1986, ou entre a desaceleração do PIB, de 1994 a 1999, e a redução do número de greves entre os anos de 1996 e 2002, há, no entanto, períodos de maior atividade grevista coincidindo com menor crescimento do PIB e períodos com menor número de greves coincidindo com taxas mais robustas de crescimento da economia. A maior discrepância entre essas duas variáveis se apresenta no quarto ciclo de greves (2011-2018), onde uma forte desaceleração e até recessão econômica coincide com a explosão do número de greves.

5.2 – Greves e evolução da inflação

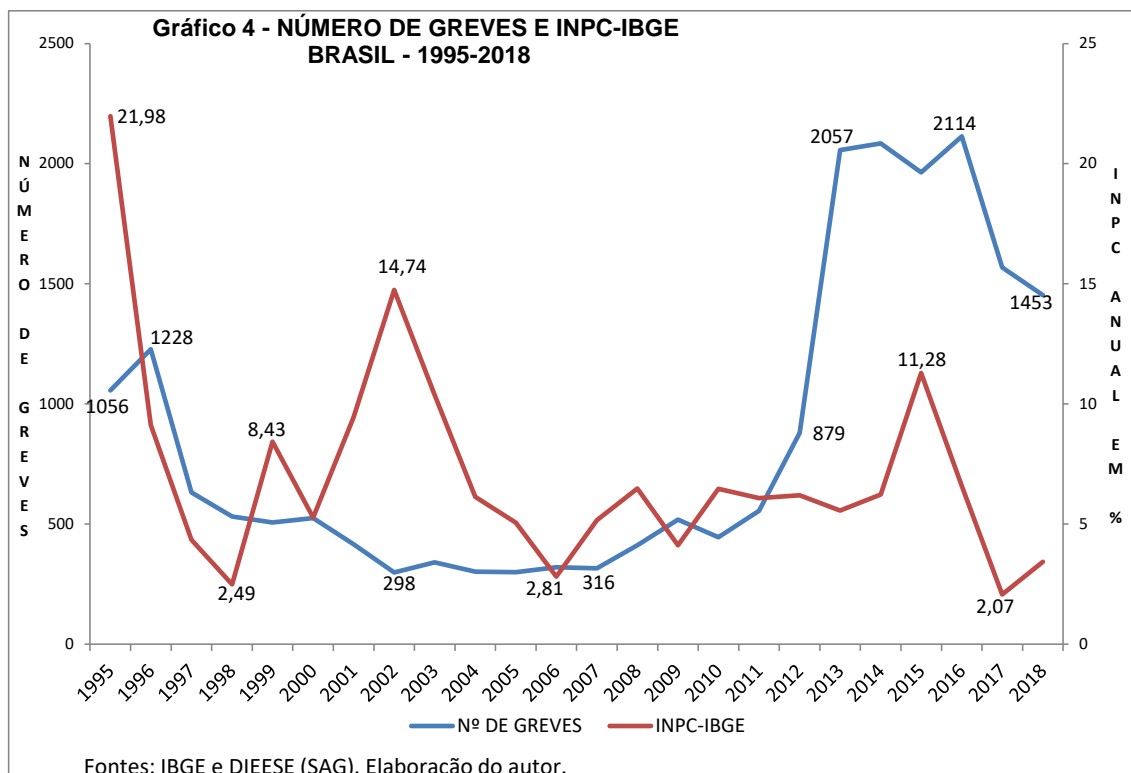
Ainda intuitivamente, dado que boa parte das greves costuma ter nas reivindicações econômicas suas principais motivações, seria possível esperar-se uma forte correlação positiva entre o número de greves e as taxas de inflação, responsáveis por perdas no poder aquisitivo dos salários e benefícios monetários.

Como o período total analisado (1978-2018) teve patamares muito díspares de taxas de inflação – aqui representadas pela variação anual do INPC-IBGE -, foi necessário dividir os dados em dois gráficos: o Gráfico 3, referido ao subperíodo 1978-1994, e o Gráfico 4, relativo ao subperíodo pós-Plano Real, de 1995 a 2018.



O Gráfico 3 também apresenta dois eixos verticais, com o número de greves em linha azul e valores no eixo vertical esquerdo e a variação anual do INPC-IBGE em linha vermelha e percentuais no eixo vertical direito. O gráfico indica que há uma relação fortemente positiva entre a evolução do INPC-IBGE e o número de greves apenas entre os anos de 1986 e 1992, o mesmo não se verificando para os demais anos do subperíodo. Nem a explosão da inflação em 1993, no pré-Plano Real (efetivado em 1º de julho de 1994), quando o INPC atingiu 2.489,11%, teve como consequência um crescimento proporcional do número de greves.

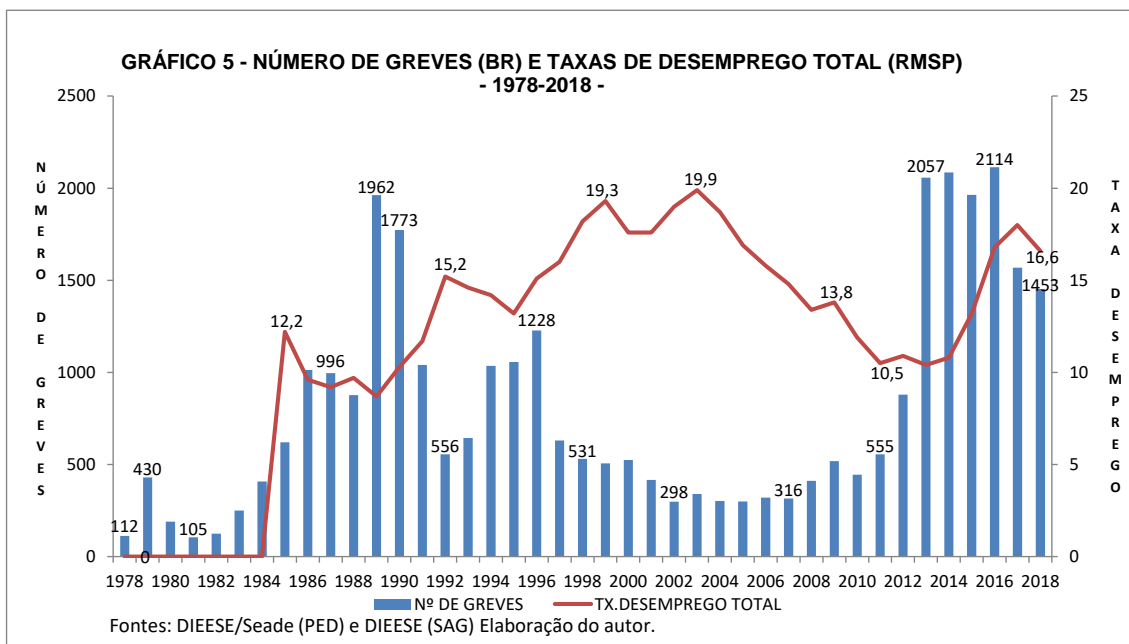
O Gráfico 4 traz os dados de número de greves e evolução do INPC-IBGE para o subperíodo 1995-2018:



o Gráfico 4 revela, também de forma aparentemente surpreendente, que a correlação entre número de greves e evolução do INPC-IBGE apresenta-se nítida apenas em dois pequenos momentos, entre 1996 e 1998 e entre 2013 e 2017.

5.3 – Greves e evolução do desemprego

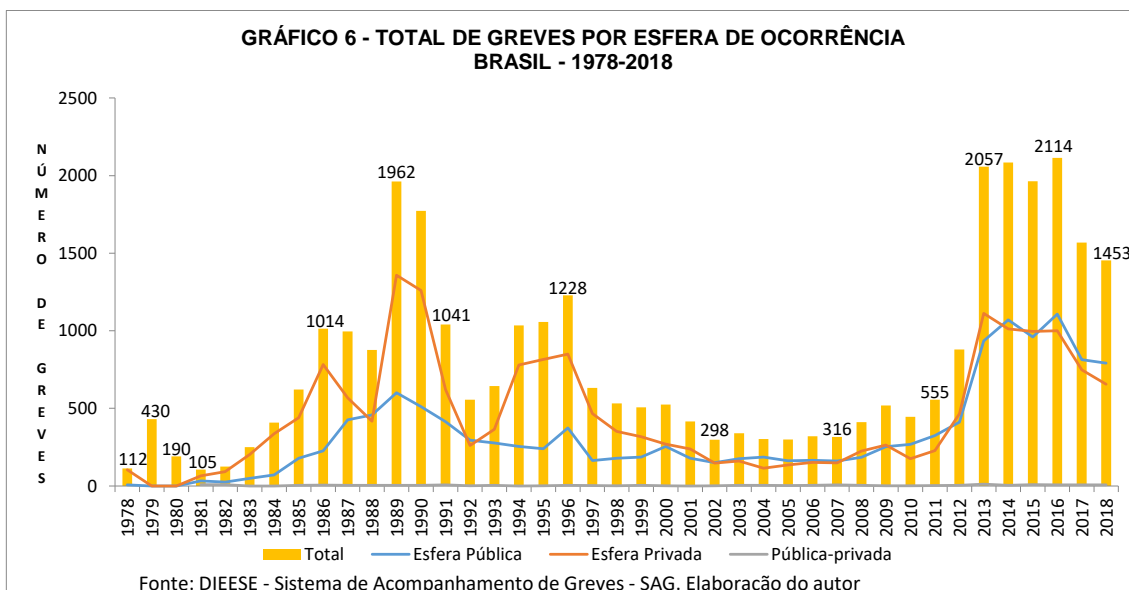
O Gráfico 5 apresenta a evolução comparada entre o número de greves (barras azuis, com valores no eixo vertical esquerdo) e a taxa de desemprego total (linha vermelha, com porcentagens no eixo vertical direito), medida pela Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de São Paulo, pelo convênio entre o DIEESE e a Fundação Seade, que teve início em setembro de 1984:



Neste caso, a correlação entre as duas variáveis deveria ser, por hipótese, negativa, de tal sorte que quanto maior a taxa de desemprego, menor deveria ser o número de greves e vice-versa. É o que mostra o Gráfico 5, em linhas gerais, às vezes com pequena defasagem no tempo. Os dois momentos de maior frequência de greves (1986-1991 e 2013-2016) coincidem, com alguma defasagem, com taxas de desemprego menores, na casa dos 10%. E o longo período de poucas greves (1997-2006) coincide com o de maiores taxas de desemprego total (mínima de 15,8%, em 2006 e máxima de 19,9%, em 2003).

5.4 – Greves por esfera de ocorrência

A frequência das greves no Brasil, no período 1978-2018, ocorreu com dinâmicas diferentes quando se as analisam, de forma desagregada, as greves na esfera privada e na esfera pública (funcionalismo público e trabalhadores em empresas estatais), como mostra o Gráfico 6:

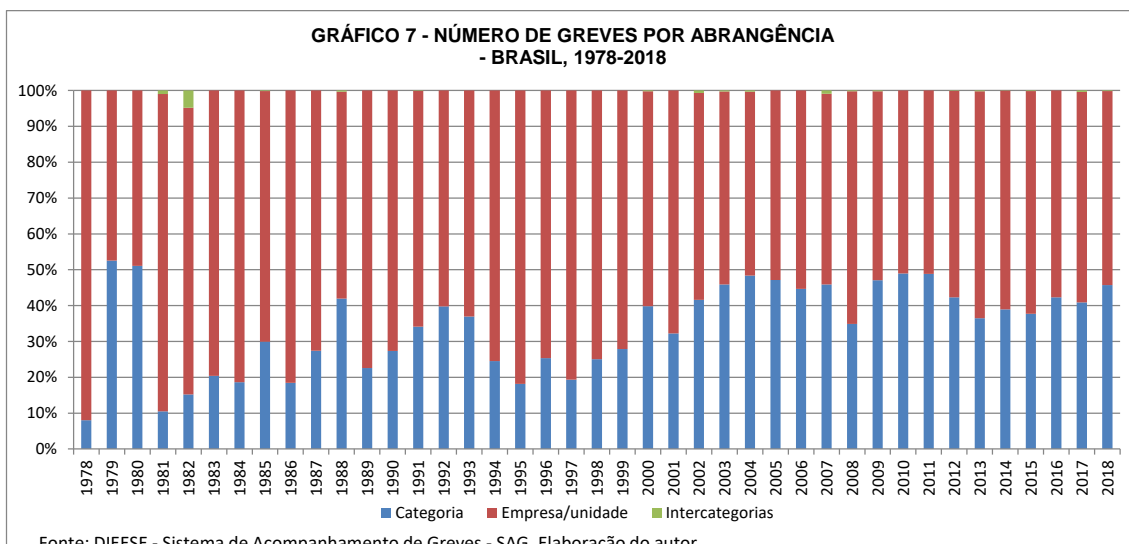


Obs. Sem possibilidade de desagregação por esfera para os anos de 1979 e 1980

Nota-se que, até o ano de 1999 – com exceções em 1988 e 1992 -, a frequência de greves na esfera privada foi sempre bem maior do que na esfera pública. Entretanto, ainda no final dos anos 90, há uma forte queda no número de greves na esfera privada, que praticamente se iguala, a partir do ano 2000, ao número de greves na esfera pública, talvez em razão do maior peso da reestruturação produtiva no setor privado, a partir dos anos 90. Desse momento em diante, o número de greves nas duas esferas vai se alternando em magnitude, até 2015. Nos últimos três anos da série (2016-2018), as paralisações na esfera pública tornam-se levemente majoritárias.

5.5 – Greves por abrangência

Outro aspecto relevante na análise das greves de 1978 a 2018 refere-se à abrangência das mesmas, divididas entre greves por categoria profissional ou por empresa/unidade (Gráfico 7). Após um primeiro ano da série (1978) onde houve uma nítida maioria (92%) de greves por empresa/unidade, no biênio 1979-1980 mais da metade das greves foram deflagradas por categorias (52,6% e 51,1% respectivamente). A partir de 1981, entretanto, greves por empresa/unidade passam a ser majoritárias, chegando a representar 88,6% do total em 1981 e 81,8%, em 1995. A partir do ano 2000, as greves por categoria voltam a crescer, representando algo em torno de 40% a 45% do total, até 2018.

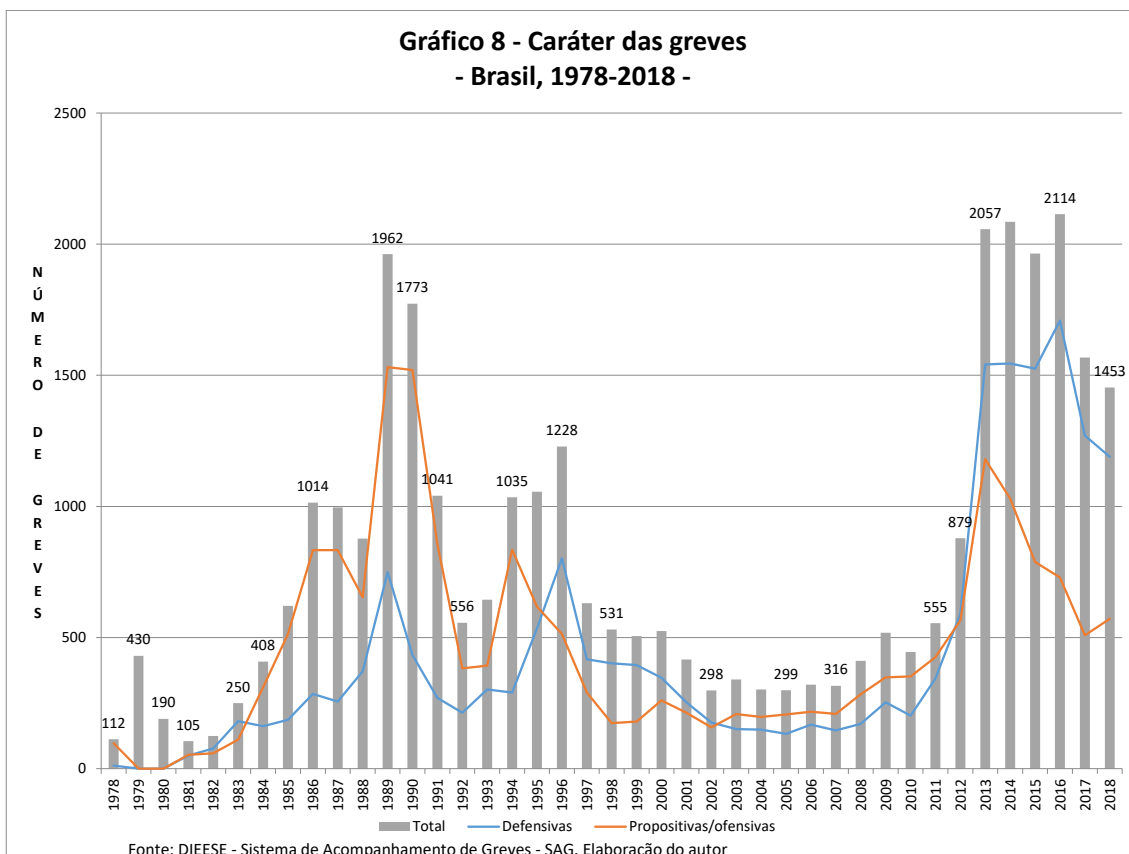


Esse resultado encobre, porém, uma situação bem desigual entre a iniciativa privada – onde as greves por empresa são francamente majoritárias – e a esfera pública – onde greves por categoria são largamente preponderantes.

5.6 - Caráter das greves

A análise do caráter das greves, se propositivas/ofensivas (por novos direitos ou pela ampliação de direitos pré-existentes) ou defensivas (pela manutenção de direitos ou contra descumprimento de legislação, acordo ou convenção coletiva), mostra importantes inversões de posições (Gráfico 8). Enquanto no período 1984-1995 as greves são preponderantemente propositivas/ofensivas¹⁶, no período 1996-2002 passam a ser majoritariamente defensivas, num momento de altas taxas de desemprego. Nova inversão ocorre no período 2003-2011, onde se sobressaem as greves propositivas/ofensivas, para novamente ocorrer inversão do caráter das greves a partir de 2013, desta vez com ampla maioria de greves defensivas. O caráter defensivo das greves na maior parte do último ciclo (2011-2018) pode ajudar a explicar, em boa medida, a ocorrência do *boom* de greves, embora num período de altas taxas de desemprego e estagnação econômica.

¹⁶ Nas fontes utilizadas para os anos de 1979 e 1980, não foi possível verificar, com segurança, o caráter das greves, motivo pelo qual constam apenas os totais de paralisações.



Essa dinâmica verificada para o total das greves se reproduz sem grandes modificações, quando se analisam, desagregadamente, as greves por esferas de ocorrência: esfera privada e esfera pública.

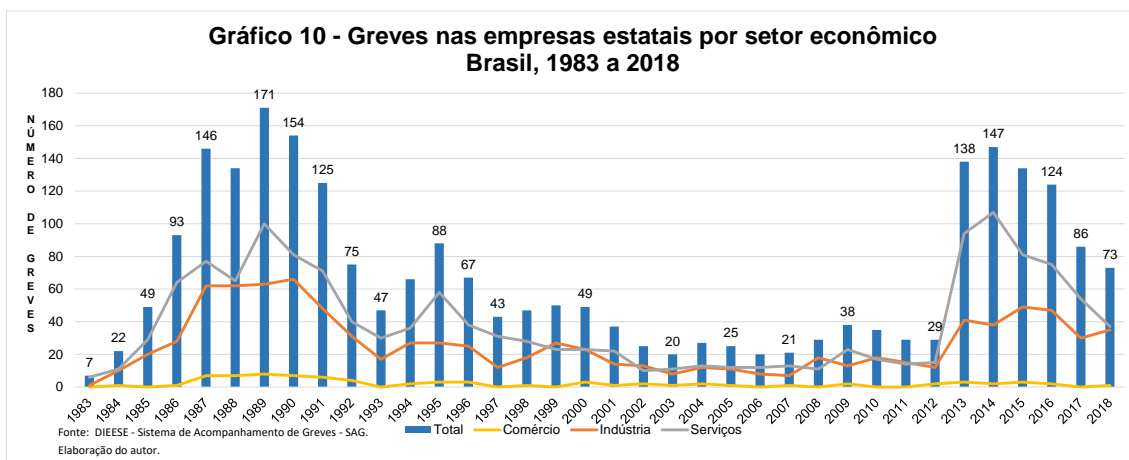
5.7 – Greves por setores econômicos

Os dois gráficos, a seguir, mostram a distribuição das greves por setores econômicos na esfera privada (Gráfico 9) e nas empresas estatais (Gráfico 10).

A análise do Gráfico 9, com dados a partir de 1983, revela três movimentos bastante nítidos. De 1983 a 1999 (durante o primeiro e segundo ciclos de greves aqui analisados), há na esfera privada um nítido protagonismo de greves na indústria. Esse protagonismo perde fôlego a partir de 1998 até 2010, quando o número de greves na indústria praticamente se nivela ao do setor de serviços. Entre 2011 e 2013, as greves na indústria voltam a ser majoritárias na esfera privada. Mas, a partir de 2014, as greves nos serviços superam numericamente as greves na indústria.



Já pelo Gráfico 10, também com dados a partir de 1983, observa-se movimento um tanto diferente nas empresas estatais, pois há nítida predominância de greves no setor serviços até 1998. A partir de 1999 e até 2012, entretanto, os resultados se aproximam dos verificados na esfera privada, com alternância de predomínio entre o setor da indústria e dos serviços, e grande predomínio de greves no setor serviços, a partir de 2013¹⁷.



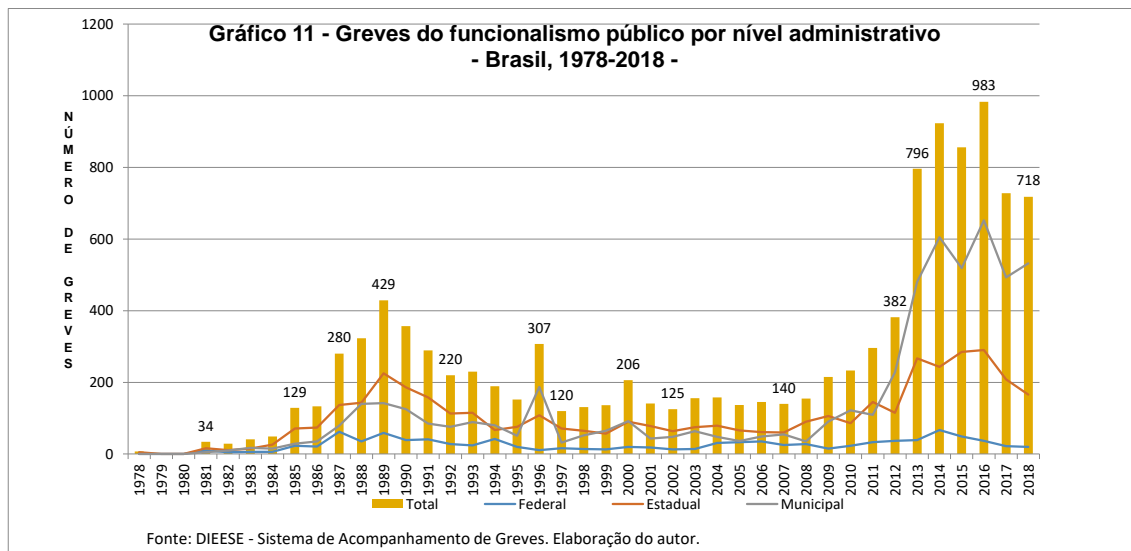
5.6 – Greves do funcionalismo público por níveis administrativos

O Gráfico 11, a seguir, mostra importante mudança na distribuição das greves do funcionalismo público, conforme os níveis administrativos (federal, estadual e municipal). Com discreto predomínio do nível estadual, até 1993¹⁸, as greves de

¹⁷ É importante considerar que, numericamente, há muito mais greves no setor privado do que nas empresas estatais.

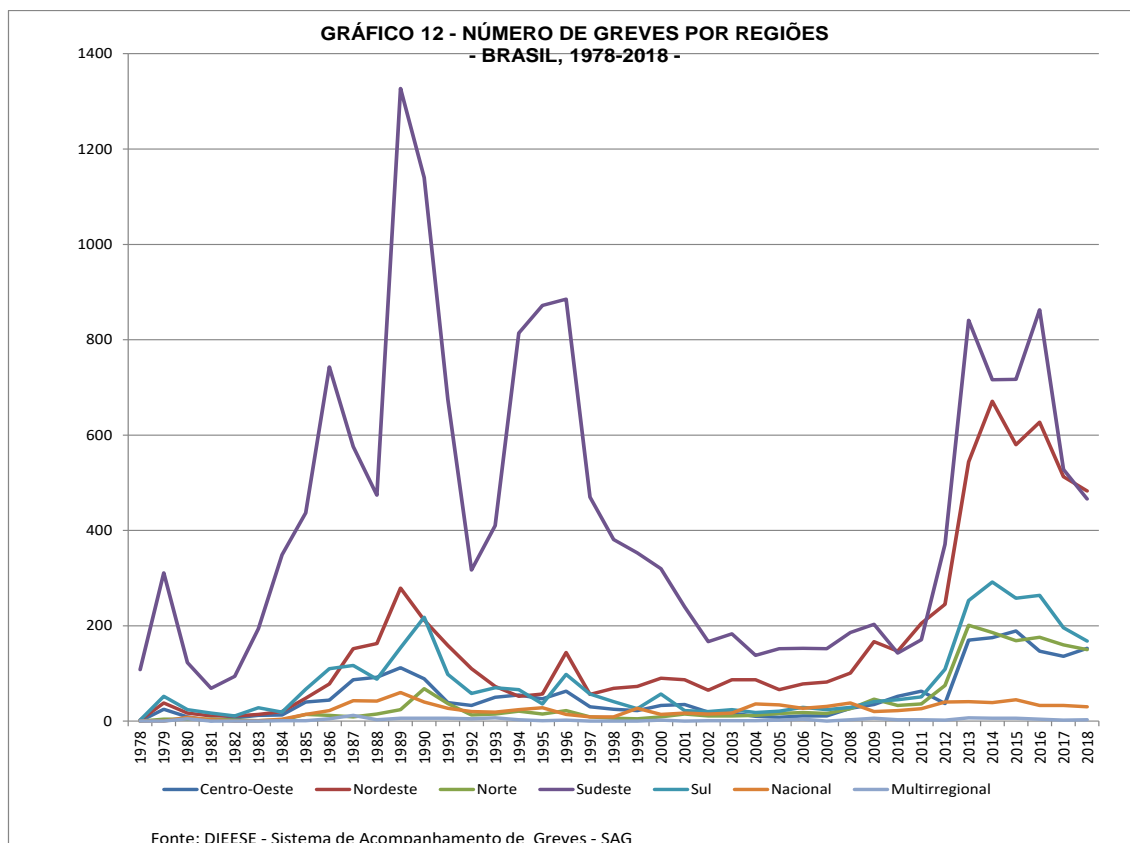
¹⁸ Nas fontes utilizadas para os anos de 1979 e 1980, não foi possível desagregar, com segurança, os níveis administrativos, motivo pelo qual constam apenas os totais de paralisações.

servidores estaduais e municipais apresentam um comportamento relativamente semelhante nos anos seguintes, até 2011. Daí em diante, observa-se um forte descolamento na frequência de greves no nível municipal, que se tornam francamente majoritárias até 2018.



5.7 – Greves por regiões geográficas

Uma outra dimensão interessante a observar, no período 1978-2018, é a distribuição das greves por grandes regiões (Gráfico 12). Por um longo período, de 1978 a 2009), as greves foram deflagradas de maneira amplamente majoritária por trabalhadores da Região Sudeste, seguidos de longe pelos trabalhadores da Região Nordeste. Durante quase todo o terceiro ciclo de greves, até o ano de 2009, essa diferença foi se reduzindo, com a queda do número de greves no Sudeste, até ocorrer, em 2010 e 2011, uma inversão desse predomínio, com a ocorrência de maior número de greves na Região Nordeste. A partir de 2012, verifica-se uma retomada nas greves em todas as regiões, porém com intensidade maior no Sudeste e Nordeste, que volta a registrar maior número de greves que o Sudeste, em 2017.



6. Considerações finais

As informações disponibilizadas pelo Sistema de Acompanhamento de Greves do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) em 2019 completam a série de dados sobre greves no Brasil nas últimas quatro décadas, desde a retomada do movimento grevista, em 1978. E se revestem de alto valor enquanto material empírico, a basear interpretações sobre essa importante forma de ação dos trabalhadores, em diversos contextos socioeconômicos e políticos.

O presente trabalho se constitui num primeiro esforço, possível no espaço desse XVI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET, de analisar todo esse período, a partir de alguns aspectos quantitativos e qualitativos. Outros recortes, a partir do acervo disponibilizado, deverão merecer a futura atenção dos estudiosos do sindicalismo brasileiro.

Os dados analisados neste estudo permitem a identificação de quatro grandes ciclos de greves: i) um ciclo de retomada do movimento grevista (1978-1984), ainda sob a ditadura civil-militar, com número de greves abaixo da frequência mediana de todo o período de 1978 a 2018; ii) um longo ciclo com frequência de greves acima da

mediana (1985-1997); iii) um terceiro ciclo, com frequência abaixo da mediana (1998-2010); e iv) um quarto ciclo de greves com frequência bem acima da mediana (2011-2018), onde ocorreram números recordes de paralisações.

Em cada ciclo identificado, os fatores socioeconômicos e políticos que influenciaram os movimentos dos trabalhadores se apresentaram em constelações diversas, gerando diversas configurações dos movimentos grevistas ao longo do período. A relação entre alguns desses fatores (evolução da atividade econômica, inflação e desemprego, por exemplo) e o número de greves, entretanto, nem sempre se dá de forma automática, ou mesmo imediata. Outros fatores, como o estágio da democracia no país, as mudanças na legislação ou o avanço do descumprimento da legislação trabalhista em determinados contextos de crise econômica, parecem também ter influência sensível.

A análise revela, ainda, alternância de predomínio de greves de caráter propositivo/ofensivo ou defensivo; protagonismo ora de categorias tradicionalmente mais propensas à atividade grevista - como as de trabalhadores na indústria privada e do funcionalismo público -, ora de categorias de setores não tradicionalmente grevistas - como o setor de serviços.

Nos anos mais recentes (quarto ciclo), por exemplo, verifica-se a predominância de greves de caráter defensivo, protagonizadas majoritariamente por categorias do setor serviços¹⁹ - historicamente menos propensas à greve -, um crescimento mais expressivo dos conflitos na Região Nordeste do país e entre os servidores públicos municipais.

7. Referências bibliográficas

BOITO JR., Armando & MARCELINO, Paula. Crise e recuperação do sindicalismo brasileiro. *In*: SIMÕES DO PAÇO, Antonio; VARELA, Raquel e VAN DER VELDEN, Sjaak (orgs.). *Strikes and Social Conflicts. Towards a global history*. 2nd edition. Lisbon: International Association Strikes and Social Conflict, December 2012, p. 77-86.

¹⁹ Para Rodrigo Linhares, do DIEESE, “Os terceirizados têm ganhado protagonismo nas mobilizações desde 2013, numa mudança em relação ao período anterior, quando empregados da indústria do Sudeste, de forte tradição sindical, eram os principais atores dos movimentos paredistas” (CARRANÇA, 2019).

_____. O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000. *In: Caderno CRH*. V. 23, n. 59, p. 323-338. Salvador, maio-agosto, 2010.

BRASIL. Constituições Federais: 1891, 1934, 1937, 1946, 1967, 1969 e 1988.

_____. Decreto-lei 1.632, de 04/08/1978. D.O.U. de 04/08/1978.

_____. Lei 4.330, de 01/06/1964. D.O.U. de 03/06/1964.

_____. Lei 7.783, de 28 de junho de 1989. D.O.U. de 29/06/1989.

_____. Medida Provisória 50, de 27 de abril de 1989. D.O.U. de 28/04/1989.

_____. Medida Provisória 59, de 26 de maio de 1989. D.O.U. de 27/05/1989.

CARRANÇA, Thais. Terceirizados fazem 7 de cada 10 greves do setor privado. *Jornal Valor Econômico*, 08 de abril de 2019.

DIEESE. A Situação do trabalho no Brasil./ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. -- São Paulo: DIEESE, 2001.

_____. A Situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000./ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. -- São Paulo: DIEESE, 2012.

_____. Balanço Anual de Greves em 1979. Divulgação 9/1980.

_____. Balanço Anual de Greves em 1980. S/n., 1981.

DIEESE/UFSCar. Arquivos das Greves no Brasil: análises qualitativas e quantitativas – da década de 1970 à de 2000. Projeto de pesquisa junto à FAPESP.

DULCI, Luiz Soares. Depoimento. *In: OLIVEIRA et al.* Greves no Brasil (de 1968 aos dias atuais): depoimentos de lideranças. Coleção POR QUE CRUZAMOS OS BRAÇOS. Livro 1. 2ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

LINHARES, Rodrigo. As greves de 2011 a 2013. *Revista de Ciências do Trabalho*. São Paulo: DIEESE, dez./2015, p. 97-112.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. Depoimento. *In: OLIVEIRA et al.* Greves no Brasil (de 1968 aos dias atuais): depoimentos de lideranças. Coleção POR QUE CRUZAMOS OS BRAÇOS. Livro 1. 2ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

NORONHA, Eduardo G. A Explosão das Greves na década de 80. In: A. Boito Jr. (Ed.). O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

_____. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. Revista Lua Nova, n. 76, 2009.

_____. Greves e Estratégias Sindicais no Brasil. In: C. A. D. Oliveira, J. E. L. Matoso, *et al* (Ed.). O Mundo do Trabalho. Crise e Mudança no Final do Século. São Paulo: Ministério do Trabalho; CESIT - Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho; Scritta, 1994, p.323-357.

NORONHA, E. G., GEBRIM, Vera *et al*. Explaining an exceptional wave of strikes: from authoritarian Brazil to democracy. Latin American Studies Association - XXI International Congress. Chicago, 1998. 31 p.

OLIVEIRA, Carlindo Rodrigues de. Greve e Negociação Coletiva: do confronto à conciliação? Anais da IV Conferência Internacional Greves e Conflitos Sociais. Internacional Association of Strikes and Social Conflicts (IASSC). São Paulo – USP – julho de 2018.

_____. Política Salarial no Brasil (1964-1984): idas e vindas do corporativismo estatizante. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciência Política da UFMG, dezembro de 1985.

OLIVEIRA, Carlindo Rodrigues de; NORONHA, Eduardo G.; GEBRIM, Vera; PAGANI, Victor G. (orgs.). Greves no Brasil (de 1968 aos dias atuais): depoimentos de lideranças. Coleção POR QUE CRUZAMOS OS BRAÇOS. Livro 1. 2ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

_____. Greves no Brasil (de 1968 aos dias atuais): depoimentos de lideranças. Coleção POR QUE CRUZAMOS OS BRAÇOS. Livro 2. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988.
